



3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social

Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios da política social”

Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015

Eixo: Fundamentos da Política Social

Possibilidades e impedimentos para o desenvolvimento do *welfare state* no Brasil: um diálogo com Singer, Santos e Nunes

Marianna de Aguiar E. do Carmo¹

Resumo

O artigo visa trazer uma reflexão, em um diálogo com Santos, Singer e Nunes, dos aspectos possibilitadores e impeditores do desenvolvimento do estado de bem-estar social no Brasil, a partir do conceito cunhado por Esping-Andersen. Apontará como a trajetória das políticas sociais brasileiras e os diversos aspectos que compõem o cenário político brasileiro culminaram em um cenário híbrido e com conquistas sociais ainda em fase de validação e universalização. E ainda discutirá os aspectos que forjam o que poderíamos chamar de Estado de bem-estar social no Brasil.

Palavras-chave: Recursos humanos. Gestores. Sistema Único de Assistência Social.

Abstract

This article aims to bring a reflection in a dialogue with Santos, Singer and Nunes, the proporcioners and unabler aspects of development of the state of social welfare in Brazil, from the concept coined by Esping-Andersen. Appoint as the trajectory of Brazilian social policies and the various aspects that make up the Brazilian political scene culminated in a hybrid scenario and social achievements still in the validation phase and universal. And discuss the aspects that shape what we might call the State social welfare in Brazil

Keywords: Human resources. Management. Unified Social Assistance.

1 INTRODUÇÃO

A história das conquistas sociais no Brasil é composta por avanços e retrocessos, especialmente no que tange as conquistas de direitos. Com uma trajetória onde o estado brasileiro se mostra ora aberto, democrático e participativo, ora autoritário e centralizado, os direitos sociais se tornaram moeda de barganha na relação com os movimentos sociais e as oposições políticas que se apresentavam em cada contexto histórico.

¹ Mestranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Escola de Serviço Social/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ).

É difícil pensar na conquista por direitos sociais no Brasil sem lembrar que sua base histórica (e talvez a mais importante) está na chamada cidadania regulada, termo cunhado por W. G dos Santos em seu texto de 1979. A partir da leitura desta publicação, percebe-se que os direitos sociais, especialmente os direitos trabalhistas foram resultados de concessões do Estado, no sentido de regular os sindicatos, coibir a ação dos movimentos sociais e determinar, em uma fronteira imaginária que segmentava toda a classe trabalhadora que ainda se organizava no Brasil, quem seria cidadão sujeitos de direitos e quem ficaria alijado da proteção do Estado, tendo que recorrer à caridade e ações sazonais de alguns grupos organizados que prestavam assistência. Dentro deste contexto foi iniciado o processo de industrialização no país, que foi caracterizado também pelo enfraquecimento do poder político das tradicionais oligarquias rurais para a nova elite industrial que se formava naquele momento.

E neste cenário inicial, as classes trabalhadora e operária brasileiras, bem como toda a gama de excluídos do processo de produção capitalista, conviveram com alternâncias entre regimes democráticos e autoritários que trataram as demandas e reivindicações por direitos e garantias sociais como moeda de barganha com os movimentos sociais e a opinião pública. A universalização dos direitos sociais foi garantida apenas na Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, ainda que existam críticas à esta universalização, como por exemplo, no caso da Seguridade Social².

Neste trabalho, este contexto histórico será resgatado e apresentado com um diálogo da produção de três pensadores brasileiros e suas análises da formação política da sociedade, cada um trazendo uma abordagem e foco em momentos históricos diferentes: Singer trata do período contemporâneo, mais especificamente na pós-redemocratização, com ênfase nos anos seguintes a 2003, com a eleição de Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores, as estratégias de mobilização do seu eleitorado e formação e transformação de seu perfil, o impacto da atuação política do governo do PT nos dois mandatos de Lula da Silva e no primeiro mandato de Dilma Rousseff. Nunes centra sua análise em um período anterior, abrangendo governo Vargas até os anos de 1980. Sua obra visa “mostrar como a introdução do capitalismo moderno no Brasil interagiu com a

² Das dimensões que compõem a Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), apenas Saúde tem acesso e direito universalizado. O acesso à Previdência Social é para aqueles que contribuem e o acesso à Assistência Social é para aqueles que dela necessitam.

criação de um sistema institucional sincrético” (NUNES, 2004, p. 19). Em suas análises trata de quatro aspectos fundamentais do perfil da atuação política e da relação Estado-sociedade. Estas Gramáticas, segundo o autor, podem se revezar ou acumular em determinado momento histórico-político, mas sempre darão as regras do jogo político brasileiro. Por fim, Santos faz uma reflexão na formação da cidadania no Brasil a partir da formação do perfil político nacional, da consolidação e atuação das classes dentro deste cenário e as consequências desta atuação no Estado e na burocracia administrativa.

Estas análises compõem um amplo quadro dos aspectos políticos do Estado e da sociedade brasileira e permitem uma reflexão sobre a questão do *Welfare State* no Brasil.

O objetivo deste artigo é traçar um perfil do cenário político brasileiro a partir da discussão com os autores acima citados, analisando os fatores políticos que possibilitaram ou impediram a formação de um estado de bem-estar social no país. Será usado como referência de *welfare state* o conceito trabalhado por Esping-Andersen, em sua clássica obra em que trata do *welfare state* como um regime societário.

O artigo está dividido em três partes: apresentará uma análise dos argumentos de Esping-Andersen para contextualizar a discussão, em seguida apresentará os aspectos impeditores do desenvolvimento de um regime de bem-estar no Brasil, a partir da discussão com Santos, Nunes e Singer, para na sequência apresentar os aspectos possibilitadores. Por fim, apresentará algumas considerações finais.

2 BREVE ANÁLISE DE ‘AS CAUSAS DOS REGIMES DO WELFARE STATE’ PARA ESPING-ANDERSEN

No artigo “As três economias do *Welfare State*”, Esping-Andersen trás o argumento, baseado em análises históricas e teóricas de diversos autores de referência, de que existem diferentes *welfare states* e que estes são regidos por diferentes regimes, cada um constituído de uma trajetória histórico-política de cada sociedade, conforme o desenvolvimento da organização de suas classes sociais e da constituição do sistema político.

Sobre a tese de mobilização da classe trabalhadora, o autor aponta que deve-se atentar à formação e estrutura da classe sindical. Tal tese sustenta que uma classe trabalhadora, estando organizada com um partido político ou não, não teria como organizar o *welfare state* sozinha, por não dispor da maioria parlamentar para impor sua

vontade. Logo, deve-se analisar tal aspecto para além dos partidos de esquerda e identificar que outros aspectos contribuíram para a organização de classe no sucesso da implementação de um regime de *welfare state*.

A tese das estruturas de coalizão política de classe trata das articulações entre diferentes classes no processo de edificação do *welfare state*. Sustenta-se que nenhuma classe tem condições de criar e manter um regime isoladamente. As coalizões políticas são necessárias no processo de fortalecimento e legitimação da classe mais poderosa em um determinado contexto histórico. Especialmente após a Segunda Guerra Mundial, a aliança com as novas classes médias passou a ser fundamental para a consolidação do *welfare state*, já que as tendências políticas desta nova classe foram decisivas para a consolidação do regime. Argumenta-se que neste modelo, a consolidação do *welfare state* contribuiu na “constituição de uma classe média instrumentalmente dedicada à social-democracia” (ESPING-ANDERSEN, 1991, p. 114). Analisar estas estruturas de coalizão é de suma importância para se compreender um determinado regime de *welfare state*.

O terceiro fator também contribuiu para a formação de uma classe média, porém sua ênfase analítica é histórica. A importância da adesão da classe média aos programas sociais e aos programas políticos que os geraram é um aspecto importante para o entendimento e análise deste terceiro aspecto.

3 IMPEDIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE UM WELFARE STATE NO BRASIL

A história política brasileira é formada por avanços e descontinuidades especialmente no que tange às políticas sociais e à organização burocrática estatal. Até a década de 1930, percebe-se poucas mudanças no cenário e nos papéis assumidos por cada ator político. Porém quando foi iniciado o processo de industrialização no Brasil, a substituição das oligarquias agrárias do domínio hegemônico das arenas políticas de disputa e decisão e a recentralização do poder nas mãos do governo central, passa-se a observar a constituição e distinção de classes, organização e disputa entre estas classes e a emergência de uma atuação da classe trabalhadora, mesmo que àquela época esta classe se identificava verticalmente, ou seja, apenas por categoria profissional e não enquanto classe. Surgem nesta época as demandas por políticas sociais e direitos trabalhistas,

especialmente percebidos a partir da organização de associações de profissionais nas áreas urbanas dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda na República Velha.

Santos faz uma análise deste período apontando os aspetos da formação da relação capital-trabalho no Brasil. Era um cenário em que as oligarquias agrárias perdiam gradativamente seu poder e novos conflitos surgiam, ainda sem regulação até a terceira década do século passado.

Até a Revolução de 1930. Para o autor, este acontecimento trouxe algumas respostas aos conflitos que estavam surgindo no meio urbano brasileiro, fruto destas transformações. E o que poderia ser uma possibilidade para a formação de *welfare state* no Brasil, passou a ser um impedimento: apesar deste período simbolizar grandes avanços em termos de políticas sociais, a estratificação da cidadania, causada pelo controle estatal dos movimentos operários, veio a ser uma forma de desmobilizar e esvaziar os espaços de disputa e mobilização desta recente classe trabalhadora urbana. Tal impedimento concentrou no Estado toda a possibilidade de regular a cidadania, garantir acesso aos direitos e promover controle social. Esta atuação do Estado gerou uma forma de operação política, o modelo burocrático (SANTOS, 1993, p. 23).

Para Santos, as identidades políticas do empresariado e do operariado foram formadas a partir da atuação e relacionamento com instituições burocráticas e controladoras, garantindo a estes atores um perfil “avesso aos partidos, hábeis na política de corredores burocráticos e nas negociações de cúpula” (SANTOS, 1993, p. 26). O esvaziamento dos espaços de conflitos e disputas, pela burocratização das duas categorias importantes no processo de construção de um regime de bem-estar social brasileiro, é um importante impedimento a esta construção.

Santos aponta um aspecto que gerou a política social de carácter constitutivo da ordem política brasileira (e latino-americana): devido à baixa institucionalização, a política social, enquanto política redistributiva, foi inserida na ordem política como uma forma de conter o problema gerado pela participação ampliada e baixa institucionalização. As conquistas foram garantidas em períodos de grande agitação política e mobilização das classes trabalhadoras (aspecto primeiro de Esping-Andersen) e o objetivo era universalizar a política social, sem alterar a lógica da competição competitiva e estabilidade hegemônica das elites.

O problema gerado por esta solução foi “o divórcio prático entre o processo político-partidário normal e a dinâmica da competição entre empresariado e as classes

trabalhadoras que se desenrolava dentro do aparelho burocrático do Estado” (SANTOS, p. 33). Esta questão deslocou a importância da disputa por direitos e políticas das duas classes para o aparelho burocrático e administrativo do Estado, sem contar com a não adesão aos partidos políticos, tanto do empresariado quanto da classe trabalhadora. Este aspecto despolitizou a disputa entre as classes e fez com que as políticas sociais brasileiras fossem garantidoras de uma ordem e não dos direitos reivindicados pelos trabalhadores.

Santos ainda analisa outro impedimento para o *welfare state* brasileiro que é o excesso de regulamentação, normas e leis. Este excesso gera o que o autor chama de “confinamento regulatório da cidadania” e a violação do princípio da credibilidade da lei. Estes pontos de impedimento corresponderiam a ação do terceiro aspecto gerador de *welfare state* sobre o primeiro e segundo aspectos: apesar da baixa institucionalização, com alta regulamentação, gera a desarticulação dos indivíduos em participarem de associações, gerando um comportamento não inclusivo, isolado e uma não inserção nos espaços de participação cidadã.

A baixa credibilidade institucional, baixo grau de politização e participação da sociedade, elevada intervenção estatal e o uso da competição política para obtenção de riquezas e atendimento de interesses privados são características da sociedade brasileira, segundo Santos, que não contribuiriam com formação de um regime de bem-estar social, dado ao baixo grau de civismo e participação cidadã das classes e do não comprometimento dos atores ligados ao aparelho do Estado com direitos coletivos. Seria como um cenário oposto ao apresentado por Esping-Andersen para a consolidação de regimes de *welfare state* analisados por este autor.

Já Nunes aponta em sua obra duas gramáticas políticas brasileiras que são impedimentos para o desenvolvimento do *welfare state* no Brasil: o clientelismo e o corporativismo.

O clientelismo representa um impedimento por forjar relações políticas pessoais, personalizadas, que objetivem o ganho individual ou familiar. No contexto do capitalismo moderno e da noção de cidadania, que presume o não-personalismo, o clientelismo representa um ranço arcaico e não modernizante nas relações políticas e econômicas. Tal aspecto também foi apontado por Santos e deve ser entendido como um problema, pois no regime de *welfare state*, a despersonalização das relações, a identidade e organização de grupos são fundamentais para a consolidação de qualquer modelo de regime. Em um regime baseado em poderem individuais ou familiares, é dada a ênfase a demandas

específicas de grupos que detenham algum poder ou capacidade mobilizadora em um determinado momento, esvaindo o sentido de classe. Apesar de ser característico do Brasil arcaico, rural e pré-capitalista, o clientelismo passou por todos os períodos políticos, desde os democráticos até os mais autoritários, estando na relação sociedade-Estado e entre as camadas da sociedade, definindo as formas de relação destas camadas com o poder político.

O corporativismo foi usado no Brasil “como uma tentativa de controlar e organizar as classes inferiores através de sua incorporação ao sistema” (NUNES, p. 39-40). Neste aspecto o argumento de Nunes dialoga novamente com Santos, quando aborda a questão da regulação estatal das classes trabalhadoras e da burguesia, afundadas em uma vasta legislação regulamentadora de ações e controle e com os direitos sociais vinculados a uma semi-universalização, já que para acessá-los, até a Constituição Federal de 1988, os trabalhadores deveriam pertencer a categorias profissionais específicas. Este excesso de controle, a demora em garantir a universalização dos direitos gerou a desarticulação dos movimentos e lutas de classes, além da despolitização das classes trabalhadoras, problemas também discutidos por Santos. Para Nunes tanto o clientelismo como o corporativismo esvaziaram os conflitos sociais, fundamentais para a constituição de um regime de *welfare state*.

As análises de Singer apresentam um Brasil mais contemporâneo, onde os fenômenos antes descritos estão consolidados, as classes estão demarcadas e a atuação dos atores políticos já é definida. Em um cenário com tantos agravos sociais, demandas reprimidas e crises enraizadas, Singer apresenta o lulismo, ou a reflexão da imagem carismática do líder do Partido dos Trabalhadores como um aspecto possibilitador do *welfare state* no Brasil.

Por “lulismo” pode-se interpretar como a ascensão de Lula da Silva e dos Partidos dos Trabalhadores ao governo federal após mudança no discurso, flexibilização da postura em relação às reformas necessárias para superar a crise social acumulada no Brasil e uma conseqüente aproximação com setores da sociedade que antes não eram eleitores do PT. No poder, o governo Lula implementou políticas sociais importantes como a valorização do salário mínimo, acesso ao crédito consignado, políticas de transferência de renda com foco no combate à pobreza e em seguida à extrema pobreza, sem alterar a ordem econômica e gerar conflitos com setores mais ortodoxos da produção econômica.

Porém no processo de ascensão ao poder, Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores, teve que quebrar com um grave impedimento: a não identidade das camadas mais pobres da sociedade brasileira com o partido de esquerda. Singer apresenta que até 2003, os mais pobres votavam em partidos de direita e os votantes nos Partidos dos Trabalhadores eram majoritariamente a classe média, intelectuais e funcionários públicos. Este aspecto apresenta o quanto a classe trabalhadora estava inserida em uma estrutura de coalizão frágil e quanto o partido que representa seus interesses se encontrava distanciado de seu público, sendo necessária uma flexibilização do discurso do Partido dos Trabalhadores (o que causou um racha dentro da estrutura do partido, com a saída de várias lideranças) para a aproximação com as camadas mais populares. Isto representa um movimento contrário ao apontado por Esping-Andersen, onde em um sistema de bem-estar, a aproximação do Partido dos Trabalhadores seria com as camadas médias da sociedade e do sistema produtivo e não o contrário.

Superado este entrave, já no segundo mandato de Lula da Silva, houve uma mudança nas bases de apoio ao governo: se na primeira eleição a classe média era a base do eleitorado, no segundo mandato tal classe se afastou do governo, passando a apoiar o partido de oposição. Esta questão se refere ao segundo aspecto tratado por Esping-Andersen e deixa claro que, apesar dos avanços na política social, o lulismo não conseguiu criar um cenário ideal para a consolidação da coalizão de classes, ao contrário, aprofundou as diferenças, disputas e o acirramento dos conflitos intra-classe.

4 POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO *WELFARE STATE* NO BRASIL

Retornando a Nunes, há uma gramática na política brasileira que representam um papel dual no desenvolvimento e consolidação do estado de bem-estar, por ter características possibilitadoras e impedoras: o insulamento burocrático. E a outra gramática tratada pelo autor representa possibilidades: o universalismo de procedimentos.

Por insulamento burocrático o autor define como uma estratégia usada pelas elites para burlar o clientelismo dos partidos políticos e promover a modernização e o desenvolvimento. Mais observado em períodos históricos em que o desenvolvimento era prioridade, “as agências protegidas pelo insulamento burocrático mostram-se dispostas a manter procedimentos técnicos e certa dose de universalismo de procedimentos no

recrutamento de seus funcionários” (NUNES, p. 19). Neste sentido os vícios provocados pelo clientelismo e o corporativismo seriam combatidos através de ações de um Estado onde não haveria mais prioridade ou favorecimento a parceiros que respondessem a interesses pessoais.

Esta gramática não dialoga com os aspectos tratados por Esping-Andersen, mas simboliza um esforço da gestão (especialmente no período da ditadura militar) de modernizar a máquina pública brasileira, condição fundamental para a consolidação de políticas sociais. Porém, como mostrou a história, tal esforço se mostrou insipiente devido à disputa e a prática secular das gramáticas impedidoras do desenvolvimento e do estado de bem-estar.

Por outro lado o insulamento burocrático tem um significado impedidor do desenvolvimento do *welfare state*: “a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel” (NUNES, 2004, p. 34). A participação de movimentos sociais e grupos representantes de classe nos espaços de tomada de decisão e elaboração de políticas sociais é um fator elementar para a consolidação do regime de bem-estar. Sem isso, o Estado se distancia da população e se torna apenas um executor de ações administrativas, sem haver a implementação de políticas sociais eficazes.

Já o universalismo de procedimentos é uma gramática que promove o desenvolvimento é o universalismo de procedimentos, um dos componentes cruciais da democracia, segundo Nunes. Por garantir a igualdade de tratamento e acesso às instâncias do governo e por proteger os indivíduos dos abusos do Estado personalista, esta gramática é uma possibilitadora do regime de bem-estar por garantir as regras democráticas fundamentais para o desenvolvimento do Estado e das políticas sociais.

Já, segundo os estudos de Singer, é possível perceber na atualidade, com o fenômeno do lulismo, aspectos fortalecedores e consolidadores do estado de bem-estar. Em primeiro lugar, o autor descreve a trajetória de Lula da Silva e do PT na ascensão ao governo federal: de base trabalhista, representante da organização da classe (primeiro aspecto), o Partido dos Trabalhadores recebia apoio da classe média e flexibilizou o discurso de esquerda para atingir ao subproletariado (segundo aspecto), que historicamente votava em partidos de direita.

Singer traz uma reflexão da atuação da classe média na política brasileira. A mesma classe média tradicional que era eleitora do Lula em 1989 e 2002 tomou outra

posição quanto ao posicionamento do governo do PT no investimento em políticas sociais e diminuição da pobreza. Segundo dados analisados por Singer, em 2006 a classe média tradicional fazia a interpretação que sustentava com os altos juros que pagava as políticas sociais, especialmente o Programa Bolsa Família, passando a ter uma postura de oposição ao PT. Por outro lado, aqueles que ascenderam da condição de subproletariado para proletariado e passaram a ter acesso a bens de consumo que jamais tiveram antes tornaram-se eleitores de Lula. Para Singer:

O passado escravocrata do Brasil deu à classe dominante, e à classe média tradicional que nela se espelha, uma profunda ambivalência em relação ao trabalhador. De um lado, há o reconhecimento capitalista da necessidade do trabalho para a existência da acumulação; de outro a percepção dos trabalhadores como ‘instrumentos de trabalho’, e não como seres humanos (SINGER, 2010, p. 205).

Este acirramento é fruto do “reformismo fraco” do lulismo e simboliza mais que as relações entre classes (burguesia x proletariado), mas também a relação capital x trabalho. A incorporação do subproletariado no proletariado, mesmo que de forma precária e ainda carente de investimentos em formação e educação para atender às demandas do capital mundial, gerou a formação de uma classe média que não corresponde aos padrões da classe média tradicional, mas uma classe que acessa novas formas de sociabilidade, seja através da dinâmica do consumo, seja através da sua inserção no mercado de trabalho.

No governo Lula, não foram feitas grandes reformas e ações de alto impacto na economia, o que gerou críticas de que estaria fazendo a continuação da política econômica neoliberal dos governos anteriores. Porém, priorizou políticas sociais, garantindo ganhos que já vinhas sendo reivindicados pelos movimentos sociais e trabalhistas há tempos: o combate à pobreza e desigualdade com políticas sociais redistributivas, valorização do salário mínimo e ampliação do crédito ao trabalhador. Assim houve um fortalecimento da classe trabalhadora e a conquista do subproletariado, que havia sido esquecido pelos governos anteriores e nunca fora alvo prioritário da ação do governo federal.

Este aspecto deve ser relativizado, pois as políticas sociais do governo Lula da Silva, apesar de terem provocado uma mudança na pirâmide social brasileira, não mudou as bases estruturantes de manutenção da condição de exploração do trabalhador. Outras questões redistributivas importantes, como a Reforma Agrária, também não tiveram muita ênfase durante esta gestão. E o problema dos empregos gerados durante a gestão

de Lula da Silva foram, em sua maioria com vínculos trabalhistas precários, que não permitiam ao trabalhador que se tornasse um sujeito autônomo.

Além disso, outras ações importantes na era do lulismo, como a ampliação da transparência pública e participação popular são aspectos possibilitadores importantes para o regime de bem-estar brasileiro. Mesmo que as mudanças sejam lentas (chamado reformismo fraco, por Nunes), demonstram eficácia na alteração da pirâmide social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode afirmar que no Brasil existe um regime ou um estado de bem-estar social, nem que este regime ou estado já fora observado em algum momento da nossa história. Isso porque, a trajetória das garantias dos direitos sociais é falha e repleta de discontinuidades e incongruências. A relação do Estado brasileiro com os movimentos sociais e organizações trabalhistas se mostrou mais aberto e um pouco mais flexível apenas nesta última década. Porém esta relação e abertura ainda são permeadas pelo controle do Estado e dentro de uma configuração político-econômica neoliberal que não é favorável para a consolidação dos ganhos e conquistas sociais. Logo, o momento em que o país poderia experienciar um estado de bem-estar de fato, se perde por estar em um contexto de retraimento da ação dos governos para a promoção dos direitos sociais e com um mercado capitalista se reconfigurando para uma nova lógica onde há menos espaço e possibilidades de conquistas de direitos e estabilidade para os trabalhadores. A “ascensão” do trabalhador do subproletariado para o precariado não configura um ganho ou melhoria na sua qualidade de vida. Esta nova classe, surge como uma nova expressão da questão social, onde os direitos trabalhistas e as relações de trabalho são tão precarizados a ponto de não garantir a mínima estabilidade e possibilidade de manutenção e sustento deste trabalhador.

Neste sentido, a classe média que surgiu no país em tempos de lulismo não possui bases materiais mínimas para formar, fortalecer ou manter um regime de bem-estar no Brasil. A formação desta nova “classe”, apesar de baseada em políticas sociais, traz poucas possibilidades de enfrentamento das inconstâncias do mercado de trabalho atual, devido à precarização das relações de trabalho que encontram no cenário atual.

Outra questão importante é o fato das estruturas de coalizão da classe trabalhadora estarem tão precarizadas quanto o cenário e a relação de trabalho que estes trabalhadores se encontram. Esta nova configuração do mercado pode ser interpretada como uma manobra do capital, que esvaziou o chão de fábrica, em nome de uma pretensa e ilusória “modernização” das relações trabalhistas para desmobilizar a classe trabalhadora, desqualificar suas reivindicações e esvaziar a arena de disputa política onde os trabalhadores atuavam como agentes sociais e políticos importantes. No caos brasileiro, a flexibilização do discurso e da atuação do Partido dos Trabalhadores demonstra ser um sintoma deste movimento mundial.

Neste sentido esvaziaram-se e fragmentaram-se também as possibilidades de atuação dos movimentos sociais e partidos de esquerda na articulação e mobilização por direitos sociais.

Apesar das mudanças políticas na estrutura da pirâmide social brasileira, fruto de políticas sociais redistributivas tardiamente implementadas, melhoria da capacidade de consumo da população mais pobre (lido também como melhoria na qualidade de vida), aumento dos espaços de participação social, como aumento do número de conferências realizadas e conselhos setoriais criados, deve-se atentar para o fato de que a classe trabalhadora nunca esteve tão desmobilizada. O subproletariado, mesmo depois de ter ascendido à categoria de proletariado, historicamente nunca ocupou um lugar de destaque e relevância na arena de disputa política brasileira, pois nunca pôde se fazer representar politicamente.

É claro que os conceitos de *welfare state* trabalhados neste artigo correspondem a apenas uma das possibilidades de leitura do que seria um estado de bem-estar social. Seria mais interessante se fosse pensado um conceito de estado de bem-estar fundado com base nos parâmetros brasileiros. Porém também é impossível que haja um distanciamento dos conceitos tradicionalmente trabalhados e de um entendimento contemplado pela ampla produção científica sobre o tema.

Assim, mesmo com os avanços e conquistas materiais de direitos sociais garantidos e políticas sociais implementadas, ainda estamos distantes de vivenciar um regime de bem-estar social.

6 REFERÊNCIAS

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, n. 24, set. 1991.

NUNES, Edson. **As gramáticas políticas brasileiras**. São Paulo: Zahar, 2004.

SANTOS, W. G. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro. Ed. Campos, 1979.

SANTOS, W. G. **Razões da Desordem**. Rio de Janeiro. Rocco, 1993.

SINGER, André. **Os sentidos no lulismo**. São Paulo, Cia das Letras, 2010.